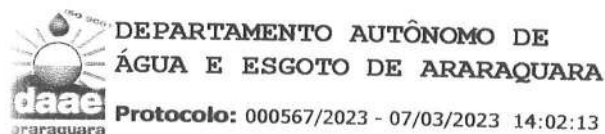




ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – DAAE – ARARAQUARA /
SP.



Assunto: CONTRARRAZÕES AO RECURSO
ADMINISTRATIVO - TP 001/2023

Nome: BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA

Tomada de Preços nº 001/2023

Processo DAAE nº 090/2023

CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.254.415/0001-48, com sede na Rua Elzeário Barbosa, nº 4-85, Vila Mariana, CEP 17.017-110, na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, Telefone (14) 4141-1077, representante legal Sr. Guilherme Bovolini Ribeiro, portador do RG 35.696.809 SSP/SP e CPF nº 407.817.668-26, por intermédio do procurador e advogado, Sr. Rodrigo Aidar Moreira, inscrito na OAB/SP nº 263.513, vem, respeitosamente, perante essa Douta Comissão, apresentar **CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentado pela empresa **L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP**, lavrado nas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

Cuida-se de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de investigação confirmatória do aterro de resíduos da construção civil encerrado, no Município de Araraquara / SP.

Conforme se depreende da ata da sessão de abertura do envelope de Proposta de Preços, a D. Comissão Permanente Julgadora de Licitações, decidiu por Desclassificar a recorrente L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP por não apresentar as declarações exigidas nas alíneas “e” e “f”, do item 10.3 do edital.

I) DESCLASSIFICAR a licitante UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES LTDA por apresentar proposta acima do valor estimado pelo edital, conforme previsto no item 1.3;

II) DESCLASSIFICAR a licitante L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA por não apresentar as declarações exigidas nas alíneas “e” e “f”, do item 10.3 do edital.

III) DECLARAR vencedora a licitante: BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, por atender aos requisitos quanto a proposta comercial exigidos no edital desta licitação;

O item 10.3, alíneas “e” e “f”, assim dispõe:

10.3 – A proposta deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação, ser rubricada em todas as folhas e assinada ao final pelo licitante, ou por quem de direito, devendo conter, obrigatoriamente:

(...)

e) DECLARAÇÃO da licitante de que, se vencedora, atenderá os procedimentos descritos no Anexo VI (P30-R00 RH – Contratação de Obras e Serviços) do presente edital;

f) DECLARAÇÃO da licitante de que tem pleno conhecimento e aceita as condições do Instrumento Convocatório, seu anexo, das legislações que regem a licitação e multas previstas no Edital e legislação própria;

Pela simples leitura do caput do item 10.3, constata-se que as declarações deveriam constar **OBRIGATORIAMENTE** na proposta de preços.

Assim, a r. decisão proferida pela Ilustre Comissão Julgadora está totalmente correta, e deve ser ratificada, por medida de justiça!

O entendimento da D. Comissão segue o quanto disposto no inciso I do art. 45 da Lei Federal nº 8.666/1993, *in verbis*:

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;” (g. n.)

Pela simples leitura do inciso retro transcrito, fica evidente que a modalidade menor preço, não significa simplesmente apresentar menor valor e descumprir os termos do edital.

A Lei prevê que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital. O que não fez a recorrente!

As razões recursais apresentadas pela recorrente não podem e nem devem prosperar. Vejamos.

A recorrente reconhece que descumpriu o edital, ao deixar de apresentar as declarações que eram obrigatórias.

Contudo, em suas razões recursais tenta atrair a aplicação do item 10.4 do edital. O que se inadmite!

10.4 – A ausência das declarações exigidas nas alíneas ‘e’ e ‘f’ poderão ser sanadas através de lavratura do próprio punho, realizado pelo Representante da Empresa que tenha poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes da licitação.

O item 10.4 do edital, somente poderia ter sido aplicado durante a sessão de julgamento das propostas, e caso a recorrente estivesse se fazendo representar por representa que tenha poderes para exercer direitos e obrigações decorrente da licitação.

Contudo, a recorrente NÃO estava presente na sessão de julgamento das propostas para sanar a omissão, não podendo apresentar documentos posteriores ao encerramento da respectiva sessão.

Nesse sentido, perfila o pacífico entendimento do TCU exposto no julgamento do Acórdão de Relação nº 1628/2021 - Segunda Câmara, assim como se decidiu em Acórdão nº 1783/2017 – Plenário, Acórdão 2630/2011 - Plenário, Acórdão 3141/2019 - Plenário, Acórdão 4827/2009 - Segunda Câmara, Acórdão 1963/2018 - Plenário, Acórdão 440/2008 - Plenário, Acórdão 2652/2007 - Plenário, Acórdão 1612/2010 – Plenário.

Em suma, a Jurisprudência do TCU oriente que documentos enviados pela empresa após o início da sessão pública para fins de atendimento às exigências contidas no edital do certame, viola o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, *in verbis*:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” (g. n.)

A recorrente tenta de forma tardia e preclusa, aduzir que as declarações são dispensáveis, as quais a empresa inabilitada deixou de apresentar.

Ora, se a licitante não estivesse de acordo com as exigências editalícias, poderia ter apresentado Impugnação ao Edital. O que não o fez!

Não há cabimento questionar a essencialidade das exigências editalícias, após a empresa ter sido desclassificada, tal alegação está acometida pelo instituto da PRECLUSÃO!

Lado outro, acatar as frágeis alegações da recorrente resultaria em benefício a esse licitante, em detrimento dos demais, o que é vedado, implicando, também, ofensa ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

O STJ (D.J. 09.03.1998 – Mandado n.º 5.281/DF – Relator Ministro Demócrito Reinaldo) salientou:

“Dentre os princípios aplicáveis à licitação, avulta o da vinculação ao instrumento convocatório. O Edital constitui lei entre as partes (Administração e concorrentes). É de tal forma relevante essa vinculação das partes ao Edital, que vem repetidamente inscrita em vários dispositivos da lei n.º 8.666, de 1993 (arts. 3º, 4º, 41).

(...)

As regras do Edital são iguais para todos os interessados e nenhum deles poderá eximir-se de sua observância, pena de afrontado o princípio da isonomia.” (g. n.)

Assim, repita-se, reformar a decisão recorrida seria o mesmo que contrariar dispositivo de Lei, além de ferir os Princípios Constitucionais previstos no artigo 37 da Constituição Federal e artigo 3º da Lei de Licitações, tais como o da Isonomia, Legalidade e o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, a descrever:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Em relação ao artigo acima transcrito, Ensina Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 14ª edição, 2010, página 61).

“O art. 3º sintetiza o espírito da Lei, no âmbito da licitação. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o interprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º. Se existir mais de uma solução compatível com os ditos princípios, deverá prevalecer aquela que esteja mais de acordo com eles ou que os concretize de modo mais intenso e amplo. Essa diretriz deve nortear a atividade tanto do administrador quanto do próprio Poder Judiciário. O administrador, no curso das licitações, tem de submeter-se a eles. O julgador, ao apreciar conflitos derivados de licitações, encontrará a solução através desses princípios, mas respeitando as regras adotadas.” (g. n.)

- Princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

Pelo artigo 41, da Lei nº 8.666/93, o edital é a lei interna da Licitação e, como tal, vincula aos seus termos, tanto os licitantes, quanto a Administração que o expediu. Tal vinculação ao edital é princípio básico de toda Licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado.

As regras do certame, durante todo o procedimento são inalteráveis. A Administração deverá invalidá-lo e reabri-lo em novos moldes, caso verifique, sua inviabilidade no decorrer da Licitação.

Marçal Justen Filho, às fls. 567/568, da obra supracitada, sabiamente discorre:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para o desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido. Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. Esse princípio foi expressamente consagrado no art. 21, §4º, da Lei nº 8.666.” (g. n.)

Esse também é o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal – STF e Superior Tribunal de Justiça – STJ, conforme a seguir transcritos:

“A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital [art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93], sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previstos.”

(MS-AgR nº 24.555/DF, 1ª T., rel. Min. Eros Grau, j. em 21.02.2006, DJ de 31.03.2006)

“Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital

de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que seriam viciadas ou inadequadas.

Caso assim entenda, deverá refazer o edital, com o reinício do procedimento licitatório, jamais ignorá-las”

(MS nº 13.005/DF, 1º S., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008) (g. n.)

Conclui-se que o poder público encontra-se tão ou mais sujeito à observância do edital que os licitantes, pelo simples fato de que presidiu sua elaboração.

Por isso, a Administração não pode evadir-se simplesmente das regras determinadas por ela e às quais aderem os licitantes. O princípio da moralidade, neste momento encarado sob o aspecto da confiança recíproca e da boa fé, exige da Administração postura de respeito aos parâmetros previamente definidos no instrumento, que é o vínculo entre poder público e os licitantes.

- **Princípio da Isonomia:**

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá

ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público.

Caso não haja a observância aos ditamos desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição, seja por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente. Não é outra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”

Conforme exhaustivamente abordado, o *caput* do artigo 3º da lei 8.666/93 dispõe que a administração está, na condução do certame licitatório, adstrita a observação do princípio da isonomia e do da legalidade, bem como a Vinculação ao Instrumento Convocatório. **A todos os interessados em participar da licitação é dada igual oportunidade para se habilitar, não sendo admissível que a um deles seja dispensada a exigência que aos outros é imputada.**

Acatar as alegações recursais, resultaria em benefício a licitante recorrente, em detrimento dos demais, o que é vedado, implicando, também, ofensa ao princípio da isonomia.

Para Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Aide, 4ª edição, 1995, página 272), quando a Comissão de

Licitações, dentro da competência que lhe assegura a lei 8.666/93 age além dos limites ali tracejados, traz evidente prejuízo aos licitantes e seu ato esta eivado de ilegalidade.

Nesse sentido, ficam totalmente rechaçadas as frágeis alegações recursais apresentadas pela recorrente.

Assim, por todos os ângulos, comprova-se que a decisão da r. Comissão deve ser integralmente mantida, **sob pena de contrariar dispositivo de Lei e do próprio Instrumento Convocatório.**

Com o devido respeito, caso seja reformada a decisão de inabilitação da recorrente, se estará conduzindo o procedimento licitatório **contrariamente aos Princípios da Legalidade, Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório.**

O *caput* do artigo 3º da lei 8.666/93 dispõe que a administração está, na condução do certame licitatório, adstrita a observação do Princípio da Isonomia e do Princípio da Legalidade. A todos os interessados em participar da licitação é dada igual oportunidade para se habilitar. Atitude diversa, resultaria em benefício à uma licitante, em detrimento das demais, o que é vedado, implicando, também, ofensa ao **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.**

Face a todo exposto, que por si só é suficiente para rechaçar as alegações recursais, caso essa D. Comissão entenda pela reforma da decisão, o que não se acredita, a proposta da recorrente deverá continuar sendo desclassificada por ser inexequível.

DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRENTE

A inexequibilidade da proposta está prevista no artigo 48, inciso II da Lei de Licitações:

“Art. 48. Serão desclassificadas:

(...)

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com **preços manifestamente inexeqüíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§1 Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo **consideram-se manifestamente inexeqüíveis**, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, **as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:**

- a) **média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou**
- b) **valor orçado pela administração.**” (g. n.)

Dessa forma, serão consideradas inexeqüíveis as propostas dos licitantes que sejam inferiores a 70% do mais baixo entre os valores previstos no art. 48, §1º, “a” e “b” (Lei 8.666/1993). Vejamos.

O Valor Orçado pela Administração foi de R\$ 110.600,00.

A proposta de preços apresentada pelas empresas licitantes foi de:

UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES LTDA –	R\$ 168.600,00
L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA –	R\$ 55.348,00
BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA –	R\$ 82.839,40

Aplicação do art. 48, §1º, alínea “a”:

Assim, verifica-se que a média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração apresentados perfaz R\$ 102.262,46.



Sendo assim, a proposta apresentada pela recorrente (R\$ 55.348,00) fica abaixo dos 70% da Média (R\$ 71.583,72), ou seja, é INEXEQUÍVEL!

Aplicação do art. 48, §1º, alínea "b":

A proposta apresentada pela recorrente (R\$ 55.348,00) fica abaixo dos 70% do Valor Orçado pela Administração (R\$ 77.420,00), ou seja, também é INEXEQUÍVEL!

Dessa forma, caso a D. Comissão decida por reformar a decisão recorrida, o que não se acredita, a empresa recorrente deverá ser desclassificada por ter apresentado proposta de preços INEXEQUÍVEL nos termos art. 48, §1º, "a" e "b" da Lei nº 8.666/1993.

DA AÇÃO CRIMINAL Nº 1505253-46.2021.8.26.0037 – INQUÉRITO POLICIAL Nº 2121047-60.2021.100122 – FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO

Por fim, mas não menos importante, ressalta-se que encontra-se em trâmite Ação Criminal contra a empresa recorrente, por suposta falsificação de documento, que teria sido emitido pelo DAAE de Araraquara.

Assim, objetivando resguardar os interesses da Administração, segue anexa cópia integral do Processo Penal movido contra a recorrente.

Nos termos da Portaria às fls. 01/03, depreende-se das informações apresentadas, em apertada síntese, que representantes da empresa L3 Engenharia Ambiental Ltda, ora recorrente, "fabricou" documento de certificação, falsificando a emissão pelo DAAE, visando beneficiar-se em processo público de licitação aberto pela Sabesp.



Constou ainda no Relatório Final às fls. 86 dos autos, datado de 03/01/2023, declaração da Diretora do DAAE, Katia Castro de Matteo, que o atestado utilizado pela recorrente é FALSO!

A diretora do DAAE, Katia Castro de Matteo, declarou às fls. retro que era à época dos fatos a Diretora de Gestão Ambiental do DAAE e nesta qualidade recebeu um pedido de reconhecimento de um atestado emitido pelo órgão em seu nome. Acrescentou que a consulta foi feita pela SABESP, que teria recebido o tal atestado como documentação apresentada em fase de habilitação no processo licitatório feito na cidade de Arujá. Explicou que a empresa é desta cidade e o atestado apresentado era falso, tanto porque o conteúdo não correspondia à verdade, quanto porque a declarante não estava no órgão naquela época, sendo certo que foi feito levantamento interno e certificado que o atestado apresentado pela empresa na cidade de Arujá era falso, já que a empresa tinha outros dois serviços prestados no DAAE mas nada relacionado ao objeto da licitação e ao conteúdo do atestado apresentado e usado. Comunicou a SABESP e esta polícia judiciária. Finalizou dizendo que não tiveram envolvimento algum na licitação e nada foi apresentado nesta cidade perante o DAAE.

Ante a cópia do original, assinado digitalmente o original, acesse o site <https://e>

Pede-se vênia, para colacionar trecho do despacho proferido pelo Ilmo. Dr. Herivelto de Almeida, 9º Promotor de Justiça de Araraquara:

MPSP

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE ARARAQUARA

1ª Vara Criminal da Comarca de Araraquara
Autos nº 1505253-46.2021.8.26.0037

MM. Juíza

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar eventuais delitos tipificados nos arts. 297 e 304 ambos do CP, em que figuram como investigados **Pedro Fernando da Luz** e **João Luiz Villas Boas Lemes**.

Extraí-se dos autos, em síntese, que os investigados, na qualidade de sócios da empresa "L3 Engenharia Ambiental Ltda.", teriam utilizado documento falso, especificamente um atestado técnico supostamente emitido pelo DAAE de Araraquara, com a finalidade de cumprimento do requisito de habilitação em procedimento de licitação aberto pela SABESP.

Consta, ainda, que, a pedido dos representantes da SABESP, em análise à cópia do referido documento juntado no aludido procedimento licitatório, os técnicos do DAAE verificaram que tanto seu conteúdo como as assinaturas apostas são objetos de contrafação.

A despeito da capitulação inicial e provisória dada aos fatos pela DD, Autoridade Policial, há, de fato, indícios dos delitos de falsificação de documento e uso de documento falso, praticados pelos investigados, na qualidade de representantes da empresa "L3 Engenharia Ambiental Ltda."

HERIVELTO DE ALMEIDA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 09/01/2023 às 17:02, sob o número WAR0237000122
adigital@tjst.jus.br/ConferenciaDocumento.do, informe o processo 1505253-46.2021.8.26.0037 e código A939877.



Dessa forma, sob pena de ferir os Princípios da Isonomia, da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e da Moralidade Administrativa, requer-se se digne essa r. Comissão, julgar inteiramente **IMPROCEDENTE** o Recurso Administrativo, ratificando-se a r. decisão que desclassificou a empresa L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP.

Por fim, no caso de reforma da decisão, o que não se acredita, desde logo resta informado que a **proposta ofertada pela recorrente é INEXEQUÍVEL**, e assim, deverá ser declarada, haja vista enquadrar-se em ambos os casos de inexecutabilidade previstos no §1º, do art. 48, da Lei nº 8.666/93.

Termos em que,

Pede deferimento.

Bauru, 06 de março de 2023.

Assinado de forma digital
por GUILHERME BOVOLINI
RIBEIRO:40781766826
Dados: 2023.03.07 12:15:41
-03'00'

GUILHERME BOVOLINI
RIBEIRO:40781766826

BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA
Guilherme Bovolini Ribeiro – sócio administrador
RG 35.696.809 SSP/SP CPF nº 407.817.668-26

Assinado de forma digital por RODRIGO
AIDAR MOREIRA
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=AC OAB,
ou=43419613000170, ou=Certificado Digital,
ou=Assinatura Tipo A3, ou=ADVOGADO,
cn=RODRIGO AIDAR MOREIRA
Dados: 2023.03.07 11:59:35 -03'00'

RODRIGO AIDAR
MOREIRA

Rodrigo Aidar Moreira

OAB/SP nº 263.513

RODRIGO AIDAR MOREIRA
ADVOGADO



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.254.415/0001-48, com sede na Rua Elzeário Barbosa, nº 4-85, Vila Mariana, CEP 17.017-110, na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, Telefone (14) 4141-1077, por intermédio do seu representante Sr. Guilherme Bovolini Ribeiro, portador do RG 35.696.809 SSP/SP e CPF nº 407.817.668-26, através do presente instrumento de mandato, nomeia e constitui como seu advogado e procurador **RODRIGO AIDAR MOREIRA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP nº 263.513, com escritório profissional localizado nesta cidade e Comarca de Bauru, na Rod. Eng. João Baptista Cabral Renno, km 240, s/n, CEP: 17.018-001, fone (14) 99654-0101, ao qual confere amplos poderes para o foro geral, com cláusula "**AD JUDICIA ET EXTRA**", em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, acordar, concordar, firmar compromissos, discordar, requerer remissão e adjudicação, lançar em praça, renunciar, levantar depósitos, receber e dar quitação, prestar caução, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, ratificando os poderes acima impressos, notadamente para apresentar contrarrazões ao Recurso Administrativo interposto pela empresa L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP na Tomada de Preços nº 001/2023 – Processo DAAE nº 090/2023, que tem como licitante o DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – DAAE – ARARAQUARA.

Bauru, 06 de março de 2023.

GUILHERME
BOVOLINI

RIBEIRO:40781766826

Assinado de forma digital
por GUILHERME BOVOLINI
RIBEIRO:40781766826
Dados: 2023.03.07 12:16:26
-03'00'

BIO GS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA

Guilherme Bovolini Ribeiro – sócio administrador

RG 35.696.809 SSP/SP CPF nº 407.817.668-26